

**GABARITO 01**

**CADERNO DE QUESTÕES**

**TARDE**

**CONSULTOR LEGISLATIVO**

**(SEM ESPECIALIDADE)**

ATENÇÃO

Sr. candidato,

Verifique se o tipo de gabarito constante em seu cartão-resposta corresponde ao da etiqueta colada na carteira e ao do caderno de questões recebido. Esses números deverão ser idênticos. Qualquer divergência informar, imediatamente, ao fiscal de sala e solicitar a devida correção.

1. A prova terá duração de 4 (quatro) horas, considerando, inclusive, a marcação do **CARTÃO-RESPOSTA**.
2. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém **60 (sessenta) questões de múltipla escolha**, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

CONTEÚDO	QUESTÕES
Atualidades	01 a 10
Legislação Municipal, Processo e Poder Legislativo	11 a 30
Área de Conhecimento: Direito Administrativo, Direito Constitucional e Administração	31 a 60

3. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no seu CARTÃO-RESPOSTA, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, para posterior exame grafológico.

*As paixões ensinaram a razão aos homens.*

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação da sua prova e a sua eliminação do concurso.

4. A prova deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, não sendo permitido o uso de lápis, lapiseira e/ou borracha.
5. Durante a prova não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
6. O candidato somente poderá retirar-se, definitivamente, do recinto de realização da prova, entregando o **CADERNO DE QUESTÕES E O CARTÃO-RESPOSTA devidamente assinado**, após decorrida **1 (uma) hora do início da prova**. No entanto, **SOMENTE** durante os 30 (trinta) minutos finais de prova será permitido copiar seus assinalamentos do CARTÃO-RESPOSTA, em formulário próprio, a ser distribuído pelo fiscal de sala.
7. Ao terminar a prova o candidato entregará, obrigatoriamente, ao Fiscal de Sala, o seu **CARTÃO-RESPOSTA** e o **CADERNO DE QUESTÕES**, sob pena de exclusão do certame.
8. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados **somente** quando **todos** tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e sua assinatura na ata de aplicação de prova.
9. **O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.**
10. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O Rio e no Diário Oficial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro - D.C.M. no segundo dia útil após a realização das provas, e disponibilizado, também, no site <http://concursos.rio.rj.gov.br>

Boa Prova!

## ATUALIDADES

01. “Não há o que lamentar. Não importa em que direção, o mundo se move. Homens e mulheres vão e vêm de todos os lados do planeta, movendo-se literalmente ou através de sua imaginação.

Vamos, então, desmascarar o paradoxo de uma vez. Tudo circula: música, slogans de propaganda, turistas, bits de informação, filiais de indústrias; e, ao mesmo tempo, tudo parece estar coagulado, parado no mesmo lugar, as diferenças entre as pessoas e o estado das coisas atenuando-se cada vez mais”.

[GUATTARI, Félix. A Restauração da Paisagem Urbana. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, n. 24, p. 293-300, 2006, p. 293]

Para Guattari, o fato que explica este estado de coisas é que:

- (A) os imigrantes se agruparam em guetos
- (B) as diferenças se anularam na proibidade
- (C) os espaços se tornaram estandardizados
- (D) as culturas se mostraram refratárias à diferença

02. “As mudanças climáticas podem matar 80% dos 600 mil pinguins imperiais até 2100, segundo um estudo publicado esta semana na revista *Nature Climate Change*. A maior ameaça às aves vem de alterações na cobertura do gelo no Oceano Antártico, o que afetará a criação dos filhotes e a alimentação da espécie. O ritmo do declínio populacional vai variar de acordo com as colônias, mas todas serão afetadas até o final do século”.

[NA ANTÁRTICA - Clima pode dizimar 80% dos pinguins imperiais. In: *Jornal O GLOBO*. Sociedade, 01/07/2014, p. 28]

Segundo Wagner Costa, em “A Ordem Ambiental Internacional”, a preocupação com a preservação das espécies ameaçadas de extinção, como a citada no texto acima, é uma demonstração de consciência ambiental, respeito à pluralidade de manifestações da vida no planeta e deve estar associada à discussão do seguinte valor:

- (A) genético
- (B) comercial
- (C) extrativista
- (D) humanitário

03. “Mesmo após a aprovação do novo Código Civil, a aplicação dos avanços da Constituição de 1988 encontrava entraves no Código Penal, que datava de 1940. Neste, constava o qualificativo: *mulher honesta*, que definia, para as mulheres o direito de ser, ou não, protegida, em caso de abuso, estupro ou fraude de cunho sexual. As modificações desse código, ocorridas em 2005, acarretaram, entre outras coisas, a retirada desse qualificativo, que, por sua vez, significou mudanças na punição de diversos crimes. [...] Também acabou com o artigo que apenas considerava crime o rapto de *mulher honesta*”.

[PEDRO, Joana. Mulheres. In: PINSK, Jaime (org.). *O Brasil no Contexto*: 1987 - 2007. São Paulo: Contexto, 2007. p. 174-175]

Nesse novo Código Civil, deixou de ser considerada crime a seguinte prática:

- (A) aborto
- (B) adultério
- (C) meretrício
- (D) sadismo

04. “Os islandeses insurgiram-se, tal como pessoas em outros países, contra um setor do capitalismo financeiro especulativo que destruiu os meios de sustento do povo. Mas sua indignação veio da percepção de que as instituições democráticas não representavam os interesses dos cidadãos porque a classe política se tornara uma casta autorreprodutora que favorecia os interesses da elite financeira, assim como a preservação de seu monopólio sobre o Estado”.

[CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança*: movimentos sociais na era da Internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 46]

O fato histórico a que o texto se refere é conhecido como:

- (A) Sexta-Feira da Determinação
- (B) Revolução das Painéis
- (C) Revolta Islâmica
- (D) Debate do Povo

05. A atual Constituição Federal do Brasil estabelece a saúde como um direito universal e um dever constitucional de todas as esferas de governo, sendo o conceito de saúde ampliado e vinculado às políticas sociais e econômicas.

[Adaptado de: PAULUS Jr, Aylton; CORDONI Jr, Luiz. Políticas Públicas de Saúde no Brasil. In: *Revista Espaço para a Saúde*. Londrina, v.8, n.1, p. 13-19, Dez. 2006, p. 17]

Nesse contexto, a assistência é concebida de forma:

- (A) esporádica e sanitária
- (B) contínua e voluntária
- (C) preventiva e curativa
- (D) alternativa e clínica

06. “Quando a internet alastrou-se no mundo como um ambiente de comunicação confiável, ponto a ponto, bilateral e acessível até mesmo para indivíduos, a partir das suas residências, estabeleceu-se um ambiente global muito mais favorável às organizações em rede do que para as organizações verticais de comando, claro está, que, para sua viabilização, precisamos considerar a democratização do acesso à internet como peça-chave para que a população possa ter a possibilidade de organizar-se de modo horizontal”.

[PRETTO, Nelson, PINTO, Claudio C. Tecnologias e Novas Educações. In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPEd, v. 11, n. 31, jan./abr. 2006, p. 20]

Segundo os autores, para que se garanta esse acesso horizontal, não apenas de forma individualizada nas residências, mas com soluções de uso coletivo, aberto a quaisquer pessoas, a seguinte medida é de fundamental importância:

- (A) ampliação do consumo de bens eletrônicos  
 (B) expansão da rede de fibra ótica no país  
 (C) privatização dos meios de comunicação  
 (D) desenvolvimento de políticas públicas
07. “A Adbusters publica *post* no blog criando a *hashtag* #occupywallstreet e convoca um protesto para 17 de setembro, em que “20 mil pessoas inundaram o *Lower Manhattan*. Montaram barracas, cozinhas, barricadas pacíficas e ocuparam *Wall Street* pelo prazo de alguns meses”, exigindo “democracia, não corporocracia”, e afirmando que, a partir de sua “única e simples demanda, uma comissão presidencial para separar o dinheiro da política”, iriam “começar a estabelecer a agenda para uma nova América”.

[CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 207]

A convocação inicial para esta ocupação teve como pretensão:

- (A) restaurar a democracia tornando o sistema político independente do poder do dinheiro  
 (B) anular as medidas parlamentares de ajuda às instituições financeiras norte-americanas  
 (C) impedir o *impeachment* do presidente Obama acusado de má gestão governamental  
 (D) recuperar a credibilidade do conceito de *self-made man*, típica da cultura americana

08. O processo de internacionalização das economias capitalistas que se convencionou chamar de globalização possui algumas características como a enorme integração dos mercados financeiros mundiais e o crescimento singular do comércio internacional.

[Adaptado de: DUPAS, Gilberto. A Lógica da Economia Global e a Exclusão Social. In: *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo, v.12, n.34, set./dec.2006, p.121]

Entre os fatores responsáveis pela viabilização desse processo em países de diferentes continentes, destaca-se a:

- (A) falência das empresas transnacionais  
 (B) crise da produção agromanufatureira  
 (C) instabilidade da economia mundial  
 (D) queda das barreiras protecionistas

09. Entre os novos e distintos fatores que tornaram possível o sucesso das revoltas populares na Tunísia em 2011, por um período prolongado, iniciando o movimento das lutas populares por democracia no mundo muçulmano que ficou conhecido como “Primavera Árabe”, destacaram-se a:

- (A) telefonia e a rede Al Bayan  
 (B) internet e a rede Al Jazeera  
 (C) juventude e a rede Al-Ahram  
 (D) minoria sunita e a rede Avanzi

10. “Na verdade, o hábito herdado de nosso passado colonial do uso privado da coisa pública enraizou-se de tal maneira no Estado e na sociedade brasileiros que a própria ideia clássica de cidadania ganhou entre nós um sentido próprio, marcado pela confusão quase generalizada entre o que é próprio do ambiente doméstico-familiar (amigos incluídos) e aquilo que é específico do Estado”.

[MONDAINI, Marco. Direitos Humanos, In: PINSK, Jaime (org.). *O Brasil no Contexto: 1987 - 2007*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 82]

Esse tipo de cidadania, em que as relações de caráter privado se impõem sobre as de caráter público é denominada:

- (A) patrimonialista  
 (B) genética  
 (C) regulada  
 (D) substantiva

**LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, PROCESSO E PODER LEGISLATIVO**

11. No Capítulo que trata dos direitos fundamentais, a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro dispõe expressamente que:
- (A) o município criará formas de incentivo específicos, nos termos da lei, às empresas que apresentem políticas e ações de valorização social da mulher
  - (B) o município assegurará, aos portadores de deficiência, a possibilidade de recebimento de suas contas em braille, com desconto de 20%
  - (C) o município buscará garantir a integridade da fauna, vedada a prática de meios cruéis que violem os direitos fundamentais dos animais
  - (D) o município buscará assegurar o recebimento de bengalas aos portadores de deficiência de baixa renda que necessitarem
12. A Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro veda expressamente ao Município:
- (A) criar ou manter, com recursos públicos, carteiras especiais de assistência social
  - (B) pagar mais de dois proventos de aposentadoria a ocupante de função ou cargo público
  - (C) alienar áreas e bens imóveis sem a aprovação da maioria dos membros da Câmara Municipal
  - (D) alienar bens imóveis sem a aprovação de 1/3, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal
13. De acordo com a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, é da competência exclusiva da Câmara Municipal:
- (A) decidir sobre a perda de mandato de Vereador, pelo voto secreto de dois terços dos seus membros, nas hipóteses previstas nesta Lei Orgânica
  - (B) fixar a remuneração dos vereadores em cada legislatura, para a subsequente, no primeiro período legislativo ordinário do último ano de cada legislatura
  - (C) representar ao Procurador-Geral de Justiça, mediante aprovação de um terço dos seus membros contra o Prefeito por crime ou ato de improbidade
  - (D) conceder título honorífico a pessoas que tenham reconhecidamente prestado serviços à causa da humanidade, mediante decreto aprovado por dois terços dos membros
14. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o Município reger-se-á por:
- (A) lei ordinária votada em dois turnos, com interstício mínimo de 5 dias, e aprovada por um terço dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará
  - (B) lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de 15 dias, e aprovada por maioria simples dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará
  - (C) lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de 5 dias, e aprovada por um terço dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará
  - (D) lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de 10 dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará
15. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é possível afirmar que a Câmara Municipal:
- (A) não gastará mais de sessenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus servidores
  - (B) não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus vereadores
  - (C) não gastará mais de sessenta por cento de sua receita com folha de pagamento, excluído o gasto com o subsídio de seus vereadores
  - (D) não gastará mais de sessenta e cinco por cento de sua receita com folha de pagamento, excluído o gasto com o subsídio de seus servidores
16. Segundo as normas previstas na Constituição da República Federativa do Brasil, se o Presidente da República considerar o projeto de lei no todo ou em parte inconstitucional promoverá:
- (A) a sanção parcial, no prazo de 30 dias, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de 3 dias, ao Presidente do Senado Federal os motivos da sanção parcial
  - (B) o veto total, no prazo de 10 dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de 5 dias úteis, ao Presidente da Câmara dos Deputados os motivos do veto
  - (C) o veto, total ou parcial, no prazo de 15 dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de 48 horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto
  - (D) a sanção, total ou parcial, no prazo de 15 dias, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de 24 horas, ao Presidente da Câmara dos Deputados os motivos de eventual veto



17. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 94/79 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro), o estágio probatório é:
- (A) o período de dois anos a contar da data da nomeação, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do funcionário no serviço público
  - (B) o período de três anos a contar da data da posse, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do funcionário no serviço público
  - (C) o período de três anos de efetivo exercício, a contar da data do início deste, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do funcionário no serviço público
  - (D) o período de dois anos de efetivo exercício, a contar da data do início deste, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do funcionário no serviço público
18. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 94/79 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro), à funcionária gestante será concedida, mediante inspeção médica:
- (A) licença de até 3 meses, sem prejuízo do cargo e do salário
  - (B) licença com vencimento integral, pelo prazo de seis meses
  - (C) licença de até 120 dias, sem prejuízo do cargo e do salário
  - (D) licença com vencimento integral, pelo prazo de cinco meses
19. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 94/79 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro), a pena de suspensão é cabível no caso de:
- (A) reincidência em falta já punida com repreensão
  - (B) desobediência ou falta de cumprimento de deveres
  - (C) reincidência de transgressão punível com advertência
  - (D) negligência, imprudência ou imperícia na atividade funcional
20. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 207/80 (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro), o orçamento anual poderá conter dotação global, não especificamente destinada a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para a abertura de créditos adicionais, sob a denominação:
- (A) reserva de contingência
  - (B) crédito extraordinário
  - (C) crédito estratégico
  - (D) reserva adicional
21. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 207/80 (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro), a realização da despesa compreende três fases denominadas:
- (A) arrecadação, execução e pagamento
  - (B) empenho, execução e pagamento
  - (C) empenho, liquidação e pagamento
  - (D) empenho, dotação e liquidação
22. De acordo com o disposto expressamente no Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro sobre as comissões permanentes, é possível afirmar que:
- (A) cada vereador deverá participar da constituição de, pelo menos, três comissões permanentes, não podendo, todavia, pertencer a mais de cinco, ficando vedada participação na constituição das mesmas de membros efetivos da mesa diretora
  - (B) cada vereador deverá participar da constituição de, pelo menos, uma comissão permanente, não podendo, todavia, pertencer a mais de quatro, sendo possível a participação na constituição das mesmas de membros efetivos da mesa diretora
  - (C) cada vereador deverá participar da constituição de, pelo menos, uma comissão permanente, não podendo, todavia, pertencer a mais de duas, sendo possível a participação na constituição das mesmas de membros efetivos da mesa diretora
  - (D) cada vereador deverá participar da constituição de, pelo menos, uma comissão permanente, não podendo, todavia, pertencer a mais de três, ficando vedada participação na constituição das mesmas de membros efetivos da mesa diretora
23. De acordo com o disposto expressamente no Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, a Comissão de Defesa da Mulher será ocupada:
- (A) prioritariamente pelas vereadoras que integram a Câmara Municipal do Rio de Janeiro
  - (B) exclusivamente pelas vereadoras que integram a Câmara Municipal do Rio de Janeiro
  - (C) prioritariamente por mulheres comuns vítimas de violência doméstica
  - (D) preferencialmente por mulheres com notável conhecimento de causa
24. De acordo com o disposto expressamente no Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, o processo simbólico de votação consiste na:
- (A) simples apuração dos votos favoráveis, contrários, em branco ou nulos, com consignação expressa do nome e do voto de cada vereador e será realizado nos casos em que seja exigido quórum especial de votação ou quando solicitada a verificação nominal de matérias de maioria simples
  - (B) simples apuração dos votos favoráveis, contrários ou nulos, com consignação expressa do nome e do voto de cada vereador e será realizado nos casos em que seja exigido quórum simples de votação ou quando solicitada a verificação nominal simbólica de matérias de maioria simples
  - (C) simples contagem de votos favoráveis e contrários, que será efetuada pelo Presidente, convidando os vereadores que estiverem de acordo a permanecerem sentados e os que forem contrários a se levantarem e procedendo, em seguida, à necessária contagem e proclamação do resultado
  - (D) simples votação por arrastamento que será efetuada pelo vereador mais antigo, convidando os vereadores que estiverem de acordo a permanecerem sentados e os que forem contrários a se levantarem e procedendo, em seguida, à necessária contagem e proclamação do resultado

25. De acordo com as disposições expressas da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, a soberania popular se manifesta quando a todos são asseguradas condições dignas de existência e será exercida:
- (A) pela ação fiscalizadora sobre a administração e pelo controle do voto, dentre outros
  - (B) pela participação nas decisões do Município e pelas políticas públicas, dentre outros
  - (C) pela iniciativa popular, pelo plebiscito e referendo e pelas políticas públicas, dentre outros
  - (D) pelo voto direto e secreto com valor igual para todos e pelo sufrágio universal, dentre outros
26. De acordo com a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, a Câmara Municipal tem sede no:
- (A) Palácio Marcelo Alencar
  - (B) Palácio Pedro Ernesto
  - (C) Palácio Guanabara
  - (D) Palácio Tiradentes
27. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é possível afirmar que:
- (A) em Municípios de cem mil e um a trezentos mil habitantes, o subsídio máximo dos vereadores corresponderá a quarenta por cento do subsídio dos prefeitos
  - (B) em Municípios de trezentos mil e um a quinhentos mil eleitores, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a setenta por cento do subsídio dos prefeitos
  - (C) em Municípios de cinquenta mil e um a cem mil habitantes, o subsídio máximo dos vereadores corresponderá a quarenta por cento do subsídio dos deputados estaduais
  - (D) em Municípios de mais de quinhentos mil eleitores, o subsídio máximo dos vereadores corresponderá a sessenta e cinco por cento do subsídio dos deputados estaduais
28. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 94/79 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro), a falta sujeita às penas de advertência, repreensão, multa ou suspensão prescreverá em:
- (A) dois anos
  - (B) três anos
  - (C) quatro anos
  - (D) cinco anos
29. A Lei Municipal 207/80 (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro), no capítulo que trata dos contratos administrativos, estabelece expressamente que:
- (A) os contratos não poderão ter vigência indeterminada, admitida, porém, a sua prorrogação pelo período de doze meses, mediante termo aditivo, salvo disposição contrária de lei especial
  - (B) os contratos poderão ter vigência indeterminada ou determinada, admitida sua negociação em caráter temporário, por período não inferior a noventa dias, salvo disposição contrária de lei
  - (C) os contratos poderão ter vigência indeterminada, admitida sua negociação em caráter temporário, por período não inferior a quarenta e cinco dias, salvo disposição contrária de lei
  - (D) os contratos não poderão ter vigência indeterminada, admitida, porém, a sua prorrogação por igual período, mediante termo aditivo, salvo disposição contrária de lei especial
30. De acordo com o disposto expressamente no Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, é possível afirmar que os projetos de lei de iniciativa da Câmara Municipal:
- (A) quando aprovados e sancionados, deverão ser renovados em sessão especial, salvo se representados com apoio, no mínimo, da maioria dos vereadores presentes
  - (B) quando rejeitados ou não sancionados, só poderão ser renovados em sessão especial, salvo se representados com apoio, no mínimo, de três quintos dos vereadores
  - (C) quando aprovados e sancionados, deverão ser renovados em outra sessão legislativa, salvo se representados com apoio, no mínimo, da maioria absoluta dos vereadores
  - (D) quando rejeitados ou não sancionados, só poderão ser renovados em outra sessão legislativa, salvo se representados com apoio, no mínimo, da maioria absoluta dos vereadores

**ÁREA DE CONHECIMENTO: DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRAÇÃO**

31. A teoria atribuída a Otto Gierke, segundo a qual a vontade da pessoa jurídica deve ser atribuída aos órgãos que a compõem, sendo estes órgãos compostos de agentes, denomina-se:
- (A) teoria do órgão
  - (B) teoria do mandato
  - (C) teoria organizacional
  - (D) teoria da representação
32. De acordo com a Lei 10.520/2002 (Lei do pregão), a fase externa do pregão observará a seguinte regra:
- (A) o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 15% (quinze por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances
  - (B) o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 20% (vinte por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances
  - (C) o prazo fixado para a apresentação dos envelopes, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 10 (dez) dias úteis
  - (D) o prazo fixado para a apresentação das propostas, contados a partir da publicação do aviso, não será inferior a 8 (oito) dias úteis
33. De acordo com entendimento doutrinário, a autarquia pode ser conceituada como:
- (A) pessoa jurídica de direito privado, integrante da Administração Indireta, criada por autorização legal, principalmente para desempenhar funções de caráter econômico, sejam próprias e típicas do Estado
  - (B) pessoa jurídica de direito público, integrante da Administração Indireta, criada por lei para desempenhar funções que, despidas de caráter econômico, sejam próprias e típicas do Estado
  - (C) pessoa jurídica de direito público, integrante da Administração Indireta, criada por lei, principalmente para desempenhar funções de caráter econômico, que sejam próprias e típicas do Estado
  - (D) pessoa jurídica de direito público, integrante da Administração Direta, criada por lei para desempenhar funções que, despidas de caráter econômico, sejam próprias e típicas do Estado
34. O ato administrativo, tão logo praticado, pode ser imediatamente executado e seu objeto imediatamente alcançado, em razão da seguinte característica:
- (A) autoexecutoriedade
  - (B) imperatividade
  - (C) coercibilidade
  - (D) legitimidade
35. De acordo com a Lei 8429/92 (Lei de improbidade administrativa), constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública:
- (A) permitir a aquisição de permuta de serviço por preço superior ao de mercado
  - (B) frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente
  - (C) celebrar contrato de rateio sem suficiente dotação orçamentária
  - (D) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo
36. De acordo com as normas da Lei 8.987/95 (Lei de concessões e permissões de serviços públicos) é correto dizer que:
- (A) a tarifa será subordinada à legislação específica anterior e, nos casos expressamente previstos em lei específica, sua cobrança poderá não estar condicionada à existência de serviço público alternativo e gratuito para o usuário
  - (B) a tarifa do serviço público concedido será fixada somente por lei, observados os mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter o equilíbrio entre as partes, sendo inaplicável ao Poder Público a imprevisão contratual exorbitante
  - (C) a tarifa do serviço público concedido será fixada por lei ou contrato, observados os mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter o equilíbrio entre as partes, sendo inaplicáveis ao Poder Público as cláusulas exorbitantes
  - (D) a tarifa não será subordinada à legislação específica anterior e, somente nos casos expressamente previstos em lei, sua cobrança poderá ser condicionada à existência de serviço público alternativo e gratuito para o usuário
37. De acordo com entendimento doutrinário, a modalidade de intervenção estatal por meio da qual o Estado utiliza bens móveis, imóveis e serviços particulares em situação de perigo público iminente, denomina-se:
- (A) servidão
  - (B) ocupação
  - (C) requisição
  - (D) desapropriação
38. Os atos administrativos enunciativos podem ser conceituados como:
- (A) atos administrativos que alteram uma relação jurídica, criando, modificando ou extinguindo direitos
  - (B) atos administrativos que indicam juízos de valor, dependendo, portanto, de outros atos de caráter decisório
  - (C) atos administrativos que regulam uma quantidade indeterminada de pessoas subordinadas à Administração
  - (D) atos administrativos que declaram situação preexistente, não dependendo, portanto, de outros atos decisórios

39. O contrato consubstanciado em uma condição de validade da constituição e regulação de obrigações que uma pessoa da federação assuma para com outro ente estatal ou para com consórcio público, com o objetivo de implementar gestão associada através da qual sejam prestados serviços públicos ou transferidos, total ou parcialmente, encargos, serviços, pessoal ou bens necessários à consecução dos serviços transferidos, denomina-se:
- (A) contrato de rateio
  - (B) contrato de gestão
  - (C) contrato de regulação
  - (D) contrato de programa
40. De acordo com a Lei 8.987/95 (lei de concessões e permissões de serviços públicos), os contratos relativos à concessão de serviço público precedido da execução de obra pública, deverão adicionalmente:
- (A) estipular os cronogramas físico-financeiros de execução das obras vinculadas à concessão e exigir garantia do fiel cumprimento, pela concessionária, das obrigações relativas às obras vinculadas à concessão
  - (B) estipular os cronogramas físico-financeiros de execução das obras vinculadas à concessão e cobrar, de particulares, as contribuições de melhorias relacionadas à obra pública sob pena de extinção da concessão
  - (C) exigir garantia do fiel cumprimento, pela concessionária, das obrigações relativas às obras vinculadas à concessão e indenizar proprietários com imóveis afetados pela obra pública com títulos da dívida pública
  - (D) exigir garantia do fiel cumprimento, pela concessionária, das obrigações relativas às obras vinculadas à concessão e indenizar proprietários que comprovarem o efetivo prejuízo decorrente da obra pública
41. De acordo com o entendimento doutrinário, quando o exame apurado das circunstâncias normativas, a partir de uma compreensão sistemática, pode revelar que houve, na omissão, apenas um lapso do constituinte, que não pretendia excluir da incidência da norma a categoria de fatos em apreciação haverá:
- (A) lacuna de formulação
  - (B) lacuna interpretativa
  - (C) lacuna axiológica
  - (D) lacuna eloquente
42. De acordo com o texto da Constituição da República Federativa do Brasil, o instrumento cabível para anular ato lesivo ao patrimônio público ou aos bens de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente, ao patrimônio histórico e cultural denomina-se:
- (A) mandado de segurança
  - (B) mandado de injunção
  - (C) ação popular
  - (D) *habeas data*
43. A Constituição da República Federativa do Brasil poderá ser emendada mediante proposta:
- (A) de um terço das Assembleias Legislativas das Unidades de Federação
  - (B) de mais da metade dos membros do Congresso Nacional
  - (C) de um terço dos Ministros do STF
  - (D) do Presidente da República
44. Conforme o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil, a sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação:
- (A) das emendas constitucionais e medidas provisórias
  - (B) da lei de responsabilidade fiscal e orçamentária
  - (C) do projeto de lei de diretrizes orçamentárias
  - (D) da lei de diretrizes e bases orçamentárias
45. O mecanismo drástico e excepcional, destinado a manter a integridade dos princípios basilares da Constituição, tais como a forma republicana, sistema representativo e regime democrático denomina-se:
- (A) mandado de injunção
  - (B) intervenção federal
  - (C) ocupação territorial
  - (D) *habeas corpus*
46. Conforme o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil, os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão:
- (A) preferencialmente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios, permitida a designação de casos ou de pessoas idosas ou portadoras de deficiência nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para esse fim
  - (B) exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para esse fim
  - (C) preferencialmente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios, ressalvados os casos de pessoas idosas ou portadoras de doenças graves que gozarão de prioridade absoluta nas dotações orçamentárias adicionais
  - (D) exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos adicionais e extraordinários, proibida a designação de casos específicos ou de pessoas nas dotações orçamentárias anuais



47. A Constituição da República Federativa do Brasil assegura a aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, atendidas, dentre outras, as seguintes condições:
- (A) 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 50 (cinquenta e cinco) anos de idade se mulher
  - (B) 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade se mulher
  - (C) 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem, e 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher
  - (D) 65 (sessenta e cinco) anos de contribuição, se homem, e 60 (sessenta) anos de contribuição, se mulher
48. A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece que a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são:
- (A) exclusivas de brasileiros natos, em qualquer meio de comunicação social, ressalvadas as hipóteses da indústria cinematográfica
  - (B) são facultadas a qualquer brasileiro ou estrangeiro que possua domicílio fixo no país há mais de 10 (dez) anos ininterruptos
  - (C) privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, em qualquer meio de comunicação social
  - (D) privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 2 (dois) anos, em qualquer meio de comunicação social
49. Segundo o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil, no Senado Federal, a representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de:
- (A) quatro em quatro anos, sucessivamente, por três e dois quintos
  - (B) quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços
  - (C) oito em oito anos, alternadamente, por um e dois terços
  - (D) dois em dois anos, alternadamente, por dois e um terço
50. Não será objeto de deliberação a proposta de emenda à Constituição da República Federativa do Brasil tendente a abolir:
- (A) a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais
  - (B) a forma federativa de Estado, o voto indireto, secreto, universal e obrigatório, a separação dos Poderes, o contraditório, a ampla defesa e os direitos fundamentais
  - (C) o estado unitário, o voto direto, secreto, universal e obrigatório, a separação dos Poderes, os direitos e garantias individuais
  - (D) o estado federal, o voto indireto, secreto e obrigatório, a separação dos Poderes e os princípios e direitos fundamentais
51. Segundo a Teoria da Expectância de Vroom, explica-se a convicção que uma pessoa tem acerca da relação entre executar uma ação e experimentar um resultado pelo seguinte conceito:
- (A) instrumentalidade
  - (B) expectativa
  - (C) autonomia
  - (D) valência
52. Afirma-se que o desempenho eficaz do grupo depende do ajuste apropriado entre o estilo de interação do líder com seus subordinados e o grau em que a situação permite que ele controle e influencie o grupo, no seguinte modelo de liderança:
- (A) de participação do líder de Yetton & Vroom
  - (B) situacional de Harsey-Blanchard
  - (C) caminho-objetivo de House
  - (D) contingencial de Fiedler
53. Ao projetar uma estrutura organizacional, a dimensão vertical que os administradores devem observar e que se refere à quantidade de subordinados que um chefe pode supervisionar de forma eficaz e eficiente, refere-se ao conceito de:
- (A) cadeia escalar
  - (B) alcance de controle
  - (C) princípio do controle
  - (D) unidade de comando
54. A estratégia de aprendizagem organizacional que se baseia na crença de que o comportamento é uma função de suas consequências, refere-se à aprendizagem do tipo:
- (A) cognitiva
  - (B) operante
  - (C) sistêmica
  - (D) *benchmarking*
55. O tipo de estratégia organizacional comum, utilizada pela gerência para fortalecer ou proteger a quantidade de negócios que uma empresa do tipo estrela está gerando e que é geralmente aplicada quando a organização está começando a perder participação no mercado, é a denominada:
- (A) crescimento
  - (B) estabilidade
  - (C) desinvestimento
  - (D) entrincheiramento
56. O princípio orçamentário que determina que sejam vedadas autorizações globais, tanto para a arrecadação de tributos, como para a aplicação dos recursos financeiros, é o da:
- (A) exclusividade
  - (B) programação
  - (C) especificação
  - (D) precedência

57. O processo de levantamento de necessidade de treinamento que, a partir do perfil das pessoas, determina quais os comportamentos, atitudes, conhecimentos e competências são necessários para que os colaboradores possam contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos da organização, é o denominado análise:
- (A) organizacional
  - (B) da estrutura de cargos
  - (C) dos recursos humanos
  - (D) do treinamento
58. Determinado tipo de orçamento tem como objetivo oferecer uma alternativa de flexibilização e se dá quando se faz necessária uma alteração no orçamento original em razão de uma mudança significativa na expectativa de uma variável fundamental. Esse tipo de orçamento empresarial denomina-se:
- (A) *forecast*
  - (B) *budget*
  - (C) *beyond budgeting*
  - (D) *balanced scorecard*
59. Para a teoria da burocracia, o motivo que explica porque um determinado número de pessoas obedece às ordens de alguém, aceitando e justificando o poder, refere-se ao conceito de:
- (A) legitimidade
  - (B) hierarquia
  - (C) disciplina
  - (D) liderança
60. O princípio de Urwick que decorre da distribuição de autoridade e responsabilidade e que salienta que cada supervisor não pode ter mais que um certo número de subordinados, é o da:
- (A) cadeia escalar
  - (B) unidade de comando
  - (C) amplitude administrativa
  - (D) centralização da autoridade